



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640235 - SC (2021/0013981-2)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ANDRIO SOUZA DE FIGUEIREDO (PRESO)  
**CORRÉU** : ROBSON CONCEICAO DA COSTA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDRIO SOUZA DE FIGUEIREDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5005401-83.2020.8.24.0054/SC).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos, 8 meses e 12 dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito descrito no art. 155, § 4º, incisos I e IV, por duas vezes, na forma do art. 69, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta que se encontram presentes, na espécie, os requisitos previstos no art. 71 do Código Penal para o reconhecimento da continuidade delitiva, quais sejam, crimes de mesma espécie, condições de tempo (dez dias de intervalo) e mesmo *modus operandi*, além do lugar (cidades limítrofes).

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da continuidade delitiva, com a consequente readequação da dosimetria do paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência